



Lei N-715/2017

Caaporã em 29 de Agosto de 2017.

Dispõe sobre a regulamentação para Concessão de Diárias a Agentes Políticos e Demais Servidores do Poder Público Municipal de Caaporã-PB e dá outras providências.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CAAPORÃ-PB,

Faz saber que o Poder Legislativo aprovou e sanciona a seguinte Lei:

Art.1º. Fica regulamentada a Concessão de Diárias instituída pelo Artigo. 176 aprovado pela Lei N-0164 de 22/07/1981 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Caaporã -PB e será concedida na forma, valores e condições estabelecidas nesta Lei.

Art.2º. O Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais e demais Servidores Públicos dos Quadros de Pessoal de Provimento Efetivo, Eletivo, Comissionados e Prestadores de Serviços do Poder Executivo Municipal, quando se deslocarem em missão no interesse do serviço, em localidade fora da jurisdição do Município de Caaporã-PB, farão jus ao recebimento de Diárias de acordo com o anexo Único a esta Lei.

Art.3º. A diária será concedida por cada dia de afastamento, destinando-se a suprir as despesas de alimentação, hospedagem e locomoção na localidade de destino, mediante comprovação.

§1º.- Quando o afastamento não exigir pernoite, o agente político, servidor público ou prestador de serviço receberá diária parcial, correspondente a 50%(cinquenta por cento) da diária integral de acordo com o anexo Único a esta Lei.

§2º.- Será restituída a Edilidade Municipal, no prazo de 5(cinco) dias, a contar do retorno do agente político ou servidor público ao Município de Caaporã-PB, a diária que deixar de ser utilizada em razão do afastamento não concretizado.

Art.4º. A diária poderá ser paga antecipadamente, mediante solicitação da Secretaria Municipal ao qual esteja lotado o Servidor(beneficiário).



PREFEITURA DE
CAAPORÃ
constituindo uma nova história

Parágrafo Único - O ato de concessão da diária deverá conter o nome do beneficiário, o cargo ou função, a lotação, a descrição sintética do objeto da viagem, a duração provável do afastamento, o número de diárias arbitradas, a importância total a ser paga e a documentação comprobatória que justifique a concessão da mesma.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as Leis 477/2005, 543/2009 e eventuais disposições em contrário.

Caaporã, em 29 de Agosto 2017.


CRISTIANO FERREIRA MONTEIRO
Prefeito Constitucional



ANEXO ÚNICO a Lei N-715/2017

<u>TIPO DE DIÁRIA</u>	<u>CARGOS</u>	<u>VALOR PARCIAL DA DIÁRIA NO ESTADO (R\$)</u>	<u>VALOR INTEGRAL DA DIÁRIA NO ESTADO (R\$)</u>	<u>VALOR PARCIAL DA DIÁRIA INTER ESTADUAL (R\$)</u>	<u>VALOR INTEGRAL DA DIÁRIA INTER ESTADUAL (R\$)</u>
Nível I	Prefeito e Vice- Prefeito	200,00	400,00	350,00	700,00
Nível II	Secretários Municipais, Chefe de Gabinete e Procurador Geral	100,00	200,00	175,00	350,00
Nível III	Diretores de Secretaria e Diretor da Assessoria Jurídica	75,00	150,00	125,00	250,00
Nível IV	Assessor Jurídico e Coordenadores	60,00	120,00	100,00	200,00
Nível V	Demais Servidores	50,00	100,00	80,00	160,00

Caaporã, em 29 de Agosto 2017.


CRISTIANO FERREIRA MONTEIRO
Prefeito Constitucional